

DOSSIÊ

# **O DEBATE POLÍTICO ENTRE JOVENS: A CONSTRUÇÃO DE VALORES POLÍTICOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

*THE POLITICAL DEBATE  
AMONG YOUNG PEOPLE:  
CONSTRUCTION OF POLITICAL  
VALUES IN FEDERAL INSTITUTES*

Camila de Vasconcelos Tabares\* 

Rodolfo Silva Marques\*\* 

\* Instituto Federal de Goiás, Luziânia, GO, Brasil.

E-mail: [camila.vasconcelos@ifg.edu.br](mailto:camila.vasconcelos@ifg.edu.br)

\*\* Universidade da Amazônia, Faculdades de Comunicação Social, Belém, PA, Brasil.

E-mail: [rodolfo.smarques@gmail.com](mailto:rodolfo.smarques@gmail.com)

## RESUMO

A formação de valores políticos ocorre por meio do processo de socialização política. Nesse quesito, a escola se constitui como uma das mais importantes agências de socialização no processo de incorporação de valores como o de participação política. Os jovens, ao longo de sua formação escolar, podem encontrar espaço ou não para problematizar questões relacionadas à política. A criação dos institutos federais como unidades de ensino técnico e tecnológico institucional em 2008 suscitou a formação de uma nova categoria de jovens estudantes de ensino técnico, potencializados a desempenhar contextualizações críticas na sociedade. E em 2016 essas instituições estiveram fortemente presentes nos protestos contra os cortes orçamentários, em que alguns campi foram inclusive ocupados pelos estudantes. Essa pesquisa questiona o processo de formação de valores políticos junto aos estudantes dessas instituições. Objetiva-se avaliar o papel desempenhado pelos institutos federais junto à formação de valores democráticos, opiniões políticas e liberdade de debate político na sala de aula. Para alcançar os objetivos propostos, foi disponibilizado um questionário online para estudantes dessas instituições, recebendo 211 contribuições de 13 estados Brasileiros no ano de 2017.

**Palavras-chave:** Valores Políticos; Estudantes; Institutos Federais de Educação; Ocupações.

## ABSTRACT

*The formation of political values occurs through the process of political socialization. In this regard, the school is one of the most important socialization actors in the process of incorporating values such as political participation. Young people, throughout their schooling, may or may not find space to question issues related to politics. The creation of the federal institutes as units of institutional technical and technological education in 2008 gave rise to the formation of a new category of young students of technical education, empowered to perform critical contextualization in society. And in 2016 these institutions were strongly present in protests against budget cuts, in which some campi were even occupied by students. This research questions the process of formation of political values among the students of these institutions. The objective is to evaluate the role played by federal institutes in the formation of democratic values, political opinions, and freedom of political debate in the classroom. To achieve the proposed objectives, an online questionnaire was made available to students from these institutions, receiving 211 contributions from 13 Brazilian states in 2017.*

**Keywords:** Political Values; Students; Educations Federal Institutes; Occupations.

## INTRODUÇÃO

Os indivíduos jovens de uma sociedade aprendem – apreendem – os valores políticos dos indivíduos anteriores por meio do processo de socialização política, o que possibilita a base da formação de suas orientações e atitudes políticas. As agências de socialização, entendidas como família, escola, mídia e grupos de pares, atuam como espaços pelos quais é transmitida a cultura de uma geração anterior para a seguinte (ALMOND e VERBA, 1965).

Entretanto, os indivíduos não são meros instrumentos passivos desse processo de socialização, suas atitudes são produzidas pelo quadro situacional e não apenas pela pura internalização das normas (DUBET e MARTUCCELLI, 1997). Desta forma, a complexidade do cotidiano interfere diretamente na formação de suas atitudes, modelando suas próprias experiências.

A partir dos anos 1960, as mobilizações estudantis passaram a apresentar uma juventude revolucionária e, dessa forma, pronta a propor utopias transformadoras. No âmbito internacional, a imagem dos *hippies* e estudantes em passeatas se popularizou (ABRAMO e VENTURI, 2000). A partir de então, surgem organizações estudantis de diversas instituições de ensino a fim de lutar por direitos e melhorias sociais, constituindo-se como alternativas de inserção política para os jovens. No Brasil, foi nos anos 1990 que se proliferaram as organizações estudantis nas escolas e universidades, principalmente em formato formal de representação estudantil, que atuavam em contraposição a medidas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso e eram conduzidas principalmente pelo PCdoB (POERNER, 2004).

Contudo, a partir dos anos 2000, os jovens apontam não se sentirem mais representados pelas entidades estudantis, destacando o excesso de ações dos partidos políticos e muitas vezes entendendo os movimentos como sendo hierarquizados, partidarizados, centralizadores e ultrapassados (MESQUITA, 2003). Em certa medida, esse é um posicionamento semelhante ao encontrado no restante das populações democráticas, em que prevalece uma crise de legitimidade vinculada à baixa confiança em instituições políticas, como partidos políticos, e instituições representativas (DALTON, 2015; MOISÉS, 2008, 2005). Ou seja, uma crise de representação política consiste em um processo generalizado na sociedade, alcançando inclusive as entidades representativas estudantis.

Nesse sentido, em junho de 2013 os jovens estudantes formaram manifestações e mobilizações que reuniram milhões de jovens, estudantes ou não, nas ruas de centenas de cidades brasileiras (GOHN, 2014). Dentre outras importantes peculiaridades desse movimento, ele não era mediado por organizações, o que refletia de certa forma a fragmentação e a rejeição às formações clássicas de movimentos sociais e mobilizações estudantis (GOHN, 2014; CASTRO, 2018). Já outro recente movimento estudantil foram as ocupações de 2016, organizadas pelos próprios estudantes das instituições, sendo que muitos nunca haviam tido envolvimento direto com organizações estudantis. O foco dessas mobilizações era a oposição aos cortes de investimentos em educação e à proposta do novo ensino médio (DELGADO, 2020).

A escola pode ser apontada, portanto, como agente principal da formação de valores políticos. Ela toma para si um papel ainda mais importante no processo de construção de valores como autonomia, criticidade e liberdade (FREIRE, 2014), ou para a formação democrática, promovendo a participação social (SAVIANI, 2018). Nesse sentido, em 2008, com a reorganização das escolas técnicas no Brasil a partir da instituição dos institutos federais, ampliou-se as opções de formação no nível do ensino médio técnico, que possui o diferencial de atrelar ensino, pesquisa e extensão (PACHECO, 2010). Os jovens estudantes dessas novas instituições passaram a encontrar espaço de debates e mobilizações, iniciação à pesquisa científica e formação profissional.

Esta pesquisa questiona o processo de formação de valores políticos dos estudantes dessas instituições. Objetiva-se avaliar o papel desempenhado pelos institutos federais junto à formação de valores democráticos, opiniões políticas e liberdade de debate político na sala de aula. Para alcançar os objetivos propostos, foi disponibilizado um questionário on-line para estudantes dessas instituições, recebendo 211 contribuições de todo o Brasil. Os dados foram coletados entre 17 de julho de 2017 e 16 de setembro de 2017, totalizando as 211 respostas de estudantes de institutos federais de 13 estados brasileiros.

Os estudantes foram convidados a responder sobre questões relacionadas à liberdade, autonomia, participação política e democracia. Avaliou-se que os estudantes encontram um ambiente profícuo nas suas instituições de ensino para o debate político, fomentando um espaço de diálogo capaz de gerar valores políticos atentos ao desenvolvimento da participação política e da formação democrática.

## **SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA, VALORES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS**

A compreensão do processo de socialização, em sua essência, parte da concepção funcionalista da sociedade, de origem *durkheimiana*. Dubet e Martuccelli (1997) destacaram a existência de duas vertentes teóricas que abordam o processo de socialização. A primeira diz respeito à internalização normativa e cultural, na qual os indivíduos internalizam seus papéis sociais ao mesmo tempo em que fazem parte de círculos de ação diferentes; assim, o indivíduo, ao mesmo tempo em que constrói sua individualidade, se mantém parte da ordem social, tendo suas funções sociais bem definidas. A segunda indica que a base da socialização está no distanciamento, pela crescente atividade dos indivíduos, havendo separação entre o ator e o sistema; assim, uma sociedade altamente complexa é marcada pela impossibilidade de definir os papéis objetivos, e o ator precisa fazer escolhas para minimizar a complexidade e reduzir as incertezas do mundo que o cerca.

Neste contexto, Dubet e Martuccelli (1997) apontam que os atores não são simples instrumentos passivos de socialização pela sociedade, suas atitudes serão produzidas pelo quadro situacional, e não somente pela pura internalização das normas. Desta forma, a complexidade do cotidiano interfere sobre a formação de suas atitudes, modelando suas próprias experiências, caracterizando um processo coletivo e protagonizado pelos próprios atores a serem socializados.

Por outro lado, a ciência política, por meio de estudos sobre o comportamento político, desenvolve abordagens relacionadas a essas duas perspectivas, no sentido de preservar a estrutura funcional teórica da primeira, e a viabilidade de o indivíduo ter um comportamento político marcado pelas suas diversas experiências políticas na segunda. Entretanto, para além da sociologia funcionalista, a área de comportamento político busca contribuições na psicologia social para estruturar o que hoje entende-se por socialização política. A concepção “estímulo-resposta” possibilita prever comportamentos, ou seja, compreender o que influencia o comportamento e não apenas a forma como este absorve tais valores.

Neste sentido, nos anos 1950, Lipset et al. (1954) utiliza o conceito de socialização política pela primeira vez em referência à formação psicológica do voto, entendendo que o ambiente do eleitor influencia o seu comportamento, principalmente as relações entre a família e grupos de identificação. Ou seja, o conceito de socialização política constitui-se em meio ao pós-Segunda Guerra Mundial, em um cenário político alterado substancialmente por novas práticas políticas e pela introdução do sufrágio universal.

Em um primeiro momento, os estudos que enfocavam a socialização política buscavam compreender diretamente o período infantil, dedicando-se à influência da própria família nesse processo (HYMAN, 1959; EASTON e DENNIS, 1969, GREENSTEIN, 1965; BRIM, 1966; LANGTON, 1969; GREENBERG, 1970; DENNIS e MCCRONE, 1970). A justificativa para esses estudos consistia na premissa de que as experiências de socialização das crianças e jovens afetariam mais tarde a sua conduta política (ALMOND e VERBA 1965). Posteriormente, a partir dos anos 1970, a socialização de jovens e adultos passa a dominar as pesquisas relacionadas à área (JENNINGS e NIEMI, 1974; SIGEL, 1989). Já nos anos 1980, grande parte das pesquisas se dedicaram à influência dos meios de comunicação sobre esses jovens. Entretanto, foi nos anos 2000 que estudos sobre socialização política ganharam lugar de destaque na academia norte-americana.

O conceito de socialização política enfatizado por Almond e Verba (1965) compreende o processo de internalização, por parte dos indivíduos jovens, das atitudes, normas, valores e padrões de comportamento da cultura política em que se encontram. Nesse sentido, os indivíduos socializam a si mesmos e são socializados pelas agências de socialização. O conteúdo da cultura política, argumentam os autores, é o resultado do processo de socialização política, que inicia na infância e permanece como um processo ao longo de toda a vida dos cidadãos. Socialização política é um processo que opera tanto em níveis comunitários quanto de forma individual. No primeiro nível, opera como uma “transmissão cultural”; isso significa que nações podem perpetuar seus padrões de cultura política. Da mesma forma, os jovens adquirem suas percepções políticas, e estas são consolidadas a partir da relevância de experiências individuais relacionadas à política. Esse processo também é relevante para determinar a estabilidade dos sentimentos de uma sociedade frente às estruturas políticas que estão imersas em um sistema político (EASTON, 1968).

Na dimensão da cultura política, Almond e Verba (1965) indicavam que atitudes como confiança em relação aos governos eram fundamentais para garantir a legitimidade

e autonomia dessas governanças. Assim, Estados que não possuíam a confiança de seus cidadãos não seriam legítimos e eficientes. Portanto, torna-se relevante para os Estados imprimirem elementos para a construção de uma sociedade democrática (MARTÍNEZ, 2001).

Considerando a socialização política, o processo de formação de valores democráticos ocorre ao longo de toda a vida, embora a estrutura desses valores se constitua na infância do indivíduo. São valores desenvolvidos através da autonomia de suas vivências, seja em um ambiente democrático ou autoritário. Assim, os valores democráticos passam a fazer parte do desenvolvimento da cidadania.

Entretanto, valores democráticos podem encontrar barreiras no seu desenvolvimento na sociedade brasileira, uma vez que ela apresente características sociais autoritárias ou, ainda, patrimonialistas, coronelistas e clientelistas (MOISÉS, 2008; BAQUERO e PRÁ, 2007; FAORO, 2013; CARVALHO, 1997; LEAL, 1948). Os valores autoritários enraizados na cultura política do país, combinados com uma democracia procedimental, inibem a propagação de valores democráticos como predisposições positivas com relação à política.

Nesse sentido, Moisés (2005) argumenta que os cidadãos, além de transmitirem o significado de uma instituição para as gerações seguintes, podem também reforçar sua condição a partir de uma avaliação racional do desempenho delas ao longo de sua vida adulta. O apoio dos cidadãos, portanto, provém da experiência que eles tiveram com o funcionamento das instituições, e estas, como mecanismos de mediação política, devem ser utilizadas para agrupar os interesses da sociedade perante o Estado.

## **A FORMAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA E AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

A escola é uma das principais agências da formação de valores políticos, justamente por concentrar em seus currículos os valores hegemônicos da sociedade (APPLE, 2006). Entretanto, os valores tradicionais disputam espaço e sentidos com as reflexões pedagógicas intencionais de promoção da autonomia, criticidade e liberdade. Nesse embate, as políticas públicas escolares podem obter mais sucesso em proporcionar a reprodução conservadora de valores tradicionais ou a de construir novas experiências sociais e democráticas junto dos seus estudantes.

No Brasil, a escola é apontada por poder ser espaço de reprodução social, dado que os processos educativos enfocam um ensino tradicional, conservador e autoritário impeditivo de formação de valores democráticos em que novas maneiras de vida são propostas (TEIXEIRA, 1999; SAVIANI, 2018). Embora críticas dessa natureza sejam feitas no Brasil desde os anos 1970, propostas de currículos conservadores e altamente excludentes retornaram como uma das principais pautas a partir de 2015, como a proposta da “Escola sem Partido” (SEVERO, GONÇALVES e ESTRADA, 2019), reflexo de uma “modernização conservadora” capaz de agregar visões de mundo

distintas, como o neoliberalismo, neoconservadorismo, autoritarismo populista e a classe média tecnicista (APPLE, 2017).

Por outro lado, o “método Paulo Freire”, reconhecido mundialmente por seus resultados educativos, é entendido enquanto prática da liberdade (libertação), e por meio dessa liberdade o pedagogo enfatizava a politicidade do conhecimento. A educação é vista e entendida como práxis, criticidade e conscientização (GADOTTI, 2000), um processo que possibilita a autonomia, conduzindo a valores de liberdade.

Paulo Freire entende o processo de alfabetização como um processo basilar para a formação da conscientização, que envolve uma apropriação crítica da própria existência (PELANDRÉ, 2002). Tal sentido só é possível se houver um processo reflexivo sobre a aprendizagem mecânica do saber ler e escrever. O autor destaca que é preciso mais do que aprender o básico, é preciso fazer o letramento, pois o educando incorpora habilidades que lhe permitem se introduzir enquanto cidadão sujeito e agente de sua comunidade e cultura.

Nesse sentido, destaca-se aqui a adoção de currículos inclusivos junto ao Ministério da Educação, principalmente a partir da proposta de reformulação das escolas técnicas estaduais em instituições da rede federal de ensino. Nessas instituições busca-se incorporar currículos integrados de conhecimentos do ensino básico, formando estudantes de forma contextualizada, com princípios e valores que potencializam a ação humana em busca de caminhos mais dignos, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva de emancipação humana (PACHECO, 2010).

Em 2008, promove-se a formação dos institutos federais de ensino<sup>1</sup>, iniciativa que buscava incorporar aos centros federais de educação tecnológica, que possuíam alguns cursos superiores tecnológicos, universidades tecnológicas (OTRANTO, 2010). São incorporadas noções relacionadas às universidades especializadas, devendo-se promover atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, sem perder de vista o mundo do trabalho (OTRANTO, 2010). Pacheco (2010) indica que um dos fundamentos dos institutos federais é a organização pedagógica verticalizada da educação básica e superior. Assim, os docentes atuam nos diferentes níveis, possibilitando trajetórias acadêmicas na instituição desde o técnico até o doutorado e possibilitando também um compartilhamento de experiências relevantes entre os estudantes, sempre vinculado ao desenvolvimento local e regional do seu campus.

Essas instituições de ensino possuem ainda uma elevada titulação dos seus profissionais, com um quadro majoritariamente formado por mestres e doutores, o que lhes possibilita obter uma formação científica capaz de estimular a autonomia intelectual. Assim, os estudantes dessas recentes instituições de ensino encontraram espaços de debates e mobilizações, iniciação à pesquisa científica e formação profissional.

<sup>1</sup> Por meio da Lei nº 11.889, de 29 de dezembro de 2008, criou-se 38 IFETs, a partir da adesão de 36 escolas agrotécnicas federais (EAFs), 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETs), oito escolas vinculadas às universidades federais (EVs), e uma escola técnica federal (ETF), totalizando 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar pela migração (OTRANTO, 2010).

## ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS E OCUPAÇÕES DE 2016

Considerando o contexto juvenil, Dayrell (2007) argumenta que, além das questões próprias à juventude, os jovens brasileiros enfrentam ainda a pobreza, a própria sobrevivência e uma tensão com relação ao futuro. São inquietudes presente entre os jovens estudantes e que transpassam as barreiras de classe social, em função da constante aproximação desse jovem com o processo de globalização. Isso pode significar mutações profundas da sociedade e, conseqüentemente, do processo de socialização e manifestação política.

Assim, os movimentos organizados pela juventude como forças conscientes mobilizadas para a mudança, são um fenômeno relativamente recente na história. Outhwaite (1996) argumenta que sua origem é paralela à tendência ao nacionalismo no século XIX, mas também está relacionado ao conflito geracional, em que jovens autorizam sua própria geração a promover as mudanças desejadas por eles. Um engajamento político dos jovens, portanto, também revela a distância entre as gerações (PERALVA, 1997).

No Brasil, entretanto, o interesse por compreender as manifestações políticas protagonizadas pelos jovens se destaca a partir da década de 1960 em relação ao aspecto da mobilização social. O jovem se enxergava e era visto pela idealização da participação estudantil, que foi conduzida principalmente pela onda revolucionária juvenil socialista que se desdobrava em diversas partes do mundo naquele momento (MARTINS FILHO, 1986). O estudante passa a representar, de certa forma, sua situação de classe social, uma condição transitória, o que lhe coloca em posição de trabalhar junto às necessidades da população. Entretanto, isso não significa que suas ações sejam exclusivamente de esquerda, mas, segundo Martins Filho (1986), existe, em si, um potencial revolucionário no jovem, e para entendê-lo é preciso fazer uma análise da conjuntura em que eles estão inseridos.

Embora a formação de uma pluralidade de juventudes seja relevante para compreender a aproximação de certos jovens junto à política, entende-se que a escola pode se constituir também como um espaço de socialização para o jovem com relação a valores e comportamentos políticos. Assim, a participação dos jovens na política tem chamado a atenção de estudiosos, principalmente na ciência política, visto que o jovem tem sido foco dos processos de mudança social e cultural (PUTNAM, 2000; INGLEHART e WELZEL, 2009).

Nesse sentido, pesquisas identificaram que as últimas gerações têm apresentado constante desinteresse pela política, bem como uma baixa confiança com relação às instituições e aos atores políticos (DELLI CARPINI, 2000; GALSTON, 2001). Os jovens tornaram-se menos engajados no princípio dos anos 2000, o que colocou como preocupação a manutenção das democracias nas sociedades modernas (PUTNAM, 2000).

Entretanto, em anos recentes, após 2008, com a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos, os jovens apresentaram um forte ativismo político atrelado ao uso de novas mídias sociais: as redes sociais (LEVENSHUS, 2010). Esse foi o começo de uma espécie

de surto de participação juvenil, que perdurou nas eleições seguintes e alastrou-se pelo mundo, com protestos estudantis no Oriente Médio, Europa e América Latina. Desde então, surgem pesquisas focadas em compreender esse ativismo relacionado ao processo de socialização pelos meios de comunicação (LEE, SHAH e MCLEAD, 2013). Em 2013, no Brasil, ocorreram manifestações sociais e políticas em junho, com pautas difusas, como os valores das passagens de transporte público, questões do Movimento Passe Livre, a falta de investimentos em serviços públicos, as falhas da democracia representativa e os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e com as Olimpíadas de 2016 (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016).

Mais recentemente, os jovens estudantes brasileiros também experimentaram uma onda de ocupações políticas em suas escolas, nas quais reivindicavam maiores investimentos para a educação (ROMANCINI e CASTILHO, 2017). Foram mobilizações estudantis ocorridas no Brasil nos anos de 2015 e 2016, que ocorreram por meio de várias manifestações e ocupações de escolas secundárias, institutos e universidades do Brasil, em princípio para questionar governadores como Geraldo Alckmin (São Paulo), Marconi Perillo (Goiás), José Ivo Sartori (Rio Grande do Sul), Beto Richa (Paraná), Luiz Fernando Pezão (Rio de Janeiro) e o então presidente da República, Michel Temer.

Os estudantes fizeram protestos contra projetos de lei da “PEC do teto de gastos” (PEC 241), o projeto da Escola sem Partido e a proposta de reforma do ensino médio, entre várias outras questões. As articulações se deram principalmente via internet, com ações dos grêmios estudantis. Outros estudantes que não realizaram ocupações também afixaram faixas e cartazes em frentes aos espaços educacionais. Houve ocupações em vários estados brasileiros, em especial em escolas e institutos do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de São Paulo. No Paraná, o foco inicial foi em relação à questão da merenda escolar.

Nesse contexto, é importante também ressaltar o contexto político vivido no mundo desde o final dos anos 2010, em que a eleição de políticos marcadamente autoritários significou um alerta aos pesquisadores, que se voltaram então a compreender o que é preciso para que os sistemas políticos se mantenham em um estrato democrático. Desde os anos 2010, as taxas de satisfação com a democracia e a confiança dos cidadãos tem diminuído significativamente (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016). Tal questão torna-se central dentro das perspectivas culturalistas que buscam as condições de manutenção da democracia nos países, e, nesse ponto, os jovens têm sido fundamentais para compreender as mudanças políticas atuais.

## ANÁLISE DE DADOS

A criação dos institutos federais como parte de uma política pública capaz de levar educação pública de qualidade para cidades do interior dos estados brasileiros, gerou a formação de uma nova categoria de jovens estudantes de ensino técnico, capacitados a desempenhar contextualizações críticas na sociedade de uma forma ampla (OLIVEIRA

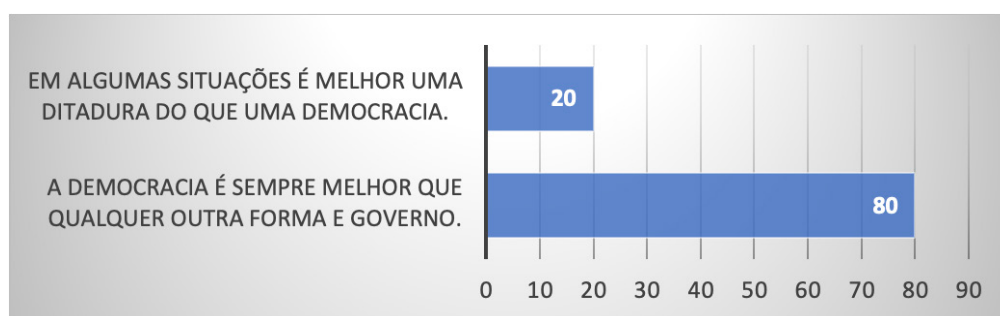
e CIGALES, 2020). No entanto – e até pelo contexto –, pouco ainda se sabe sobre os valores políticos desses estudantes.

Esta pesquisa questiona o processo de formação de valores políticos dos estudantes de institutos federais, com a premissa de se avaliar o papel desempenhado por essas instituições na formação dos valores democráticos, opiniões políticas e liberdade dos estudantes. Para alcançar os objetivos propostos, foi disponibilizado um questionário on-line para estudantes dessas instituições. Houve 211 contribuições de 13 estados brasileiros nos meses de julho e agosto de 2017. A pesquisa pode ser considerada exploratória, uma vez que não possui um cálculo amostral definido: os formulários de respostas foram enviados via e-mail para todos os campi dos institutos federais, e muitos não os repassaram para os estudantes responderem; também foram enviados links da pesquisa para estudantes membros dos movimentos estudantis. Dessa forma, os dados aqui consolidados dizem respeito a um público que, por meio de contatos diversos, se prontificou a responder as questões levantadas. Por esse motivo, este trabalho apresenta análises descritivas dos resultados.

O perfil dos respondentes da pesquisa se caracteriza da seguinte forma: 54,5% são do gênero feminino, e 45,5% do gênero masculino; 33,1% residentes da região Centro-oeste, 43,1% da região Sul, 2,8% da região Norte, 12,3% da região Sudeste, e 8,1% da região Nordeste. Com relação a sua condição econômica, 9% indicaram possuir como renda familiar total mais de 7 salários-mínimos, 12,8% possuem renda de 5 a 6 salários-mínimos, 28,4% entre 3 e 4 salários, 29,9% entre 1 e 2 salários e 8% até um salário-mínimo.

Na pesquisa realizada, quando questionados sobre o seu interesse sobre política, 49,3% indicaram possuir muito interesse, enquanto 45% possuem algum interesse, e 5,7% possuem nenhum interesse. Isso representa um alto percentual de interessados, acima da média da população brasileira.

**Gráfico 1** – Valores democráticos (%)

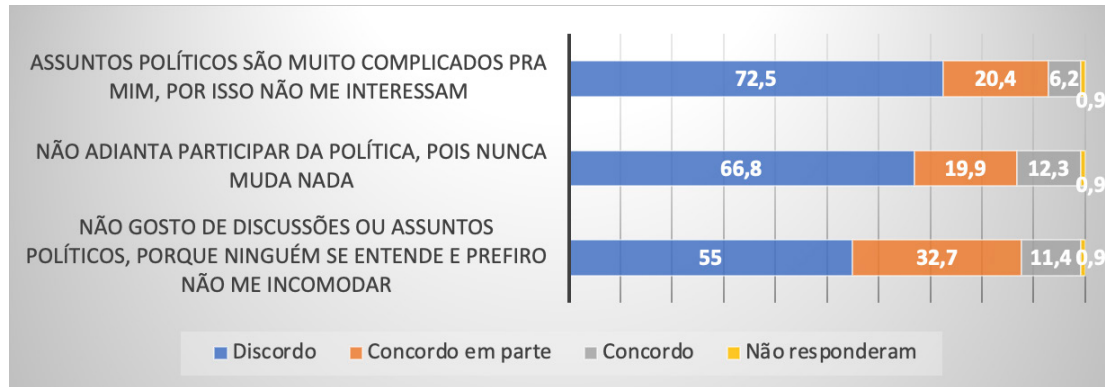


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 208).

No Gráfico 1, ora evidenciado, com relação aos valores democráticos, a maioria dos respondentes indicaram ter uma percepção favorável em relação à democracia – 80% indicaram que essa é a melhor forma de governo, enquanto 20% admitiram

que, em algumas ocasiões, seria melhor uma ditadura. Embora os valores democráticos estejam predominantes dentro dos pilares da constituição dos institutos federais, é possível verificar que nem todos os estudantes serão absorvidos pelas noções democráticas.

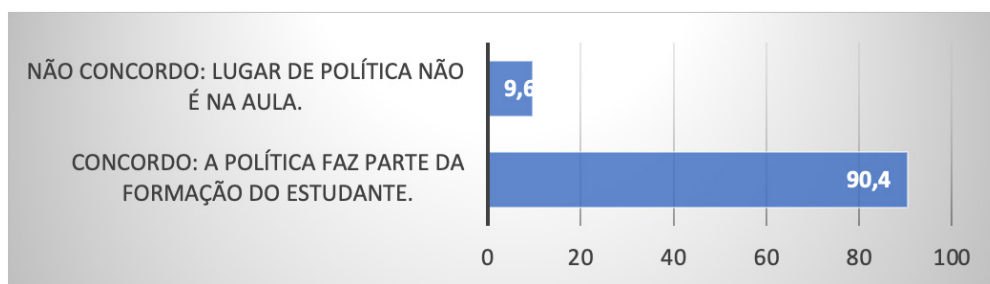
**Gráfico 2** – Opiniões sobre a política na sociedade (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 211).

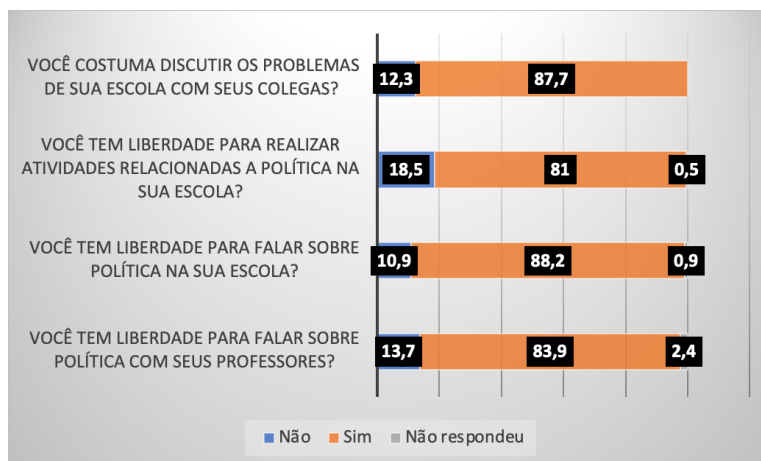
No Gráfico 2, verifica-se a percepção dos estudantes quanto ao debate de assuntos políticos. 72,5% dos entrevistados pensam que a política pode ser discutida de forma efetiva. Ainda, 66,8% dos entrevistados discordam da ideia de que não adianta participar da política – e que tal ação não mudaria nada. E 55% gostam de discussões sobre temas e vertentes políticas. É importante salientar que tais questões avaliam a capacidade de compreender as questões políticas e a eficácia política desses estudantes.

**Gráfico 3** – Percepção sobre discussões políticas em sala de aula (%)



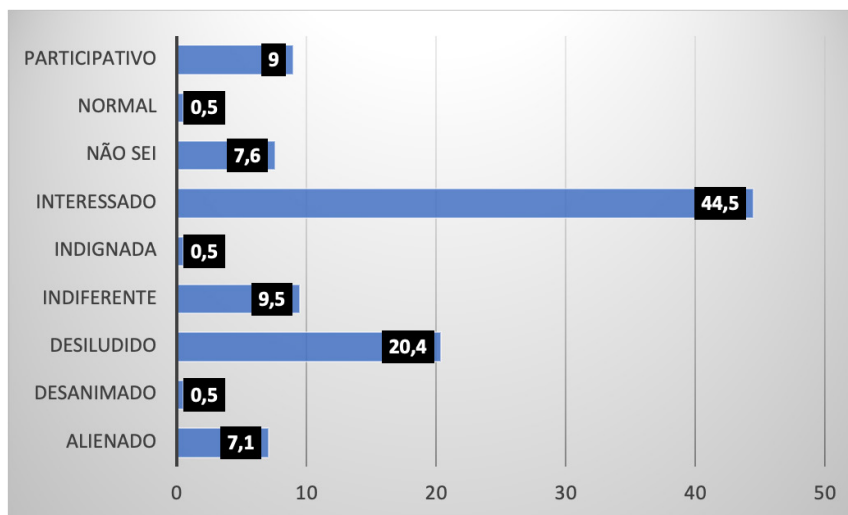
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 211).

No Gráfico 3, vê-se que a formação dos valores políticos dentro do ambiente escolar é algo relevante para a grande maioria – ou 90,4% dos entrevistados. As discussões políticas e as questões conjunturais tendem a permear, de forma importante, os assuntos que interessam aos estudantes de ensino médio nos espaços pesquisados.

**Gráfico 4** – Sobre o debate político dentro de sala de aula (%)

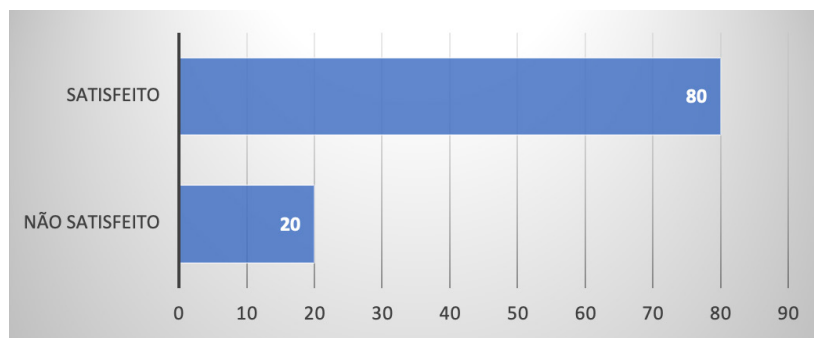
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 211).

A respeito do debate político dentro de sala de aula, é comum que se discutam temas escolares para 87,7% da amostra; as atividades relacionadas à política são comuns para mais de 80% dos jovens; há liberdade política nas escolas para quase 90% dos entrevistados; e quase 84% falam sobre a liberdade política nas conversas com os professores.

**Gráfico 5** – Sobre o sentimento dos estudantes quanto à política (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 210).

No gráfico 5, quase 50% dos entrevistados indicaram ter interesse em tratar de questões políticas, enquanto pouco mais de 20% demonstraram estar desiludidos a respeito das mesmas questões. O tema político, portanto, ainda traz reações diversas, mas é algo importante no contexto da formação de valores, como a pesquisa acabou por demonstrar.

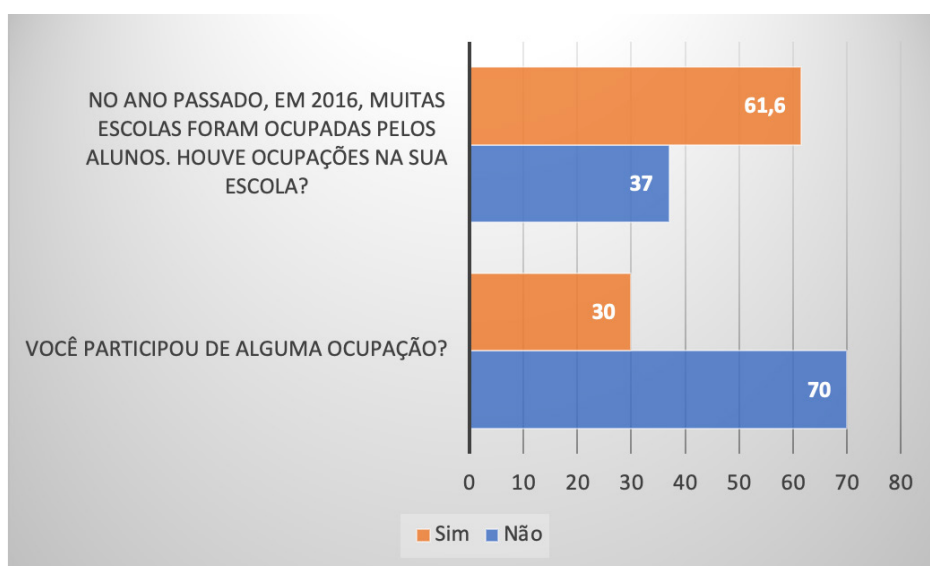
**Gráfico 6** – Satisfação em relação à educação que recebe

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 219).

Destarte, quanto à qualidade da educação oferecida aos jovens entrevistados, considerando o ambiente dos institutos federais e o ensino público, 80% se mostraram satisfeitos e contemplados com a estrutura e os conteúdos oferecidos.

Considerando as relações institucionais de mobilização estudantil, 28,9% dos entrevistados disseram não haver grêmio estudantil em seu campus, 30% indicaram que seu grêmio é muito atuante, 31,3% que é pouco atuante, e 9,5% indicaram que seus grêmios não são nada atuantes.

Quando questionados sobre a sua participação em organizações estudantis, 91,5% indicaram não participar de nenhuma organização, contra 8,5% que participam, embora 75% admitam considerar importante que estudantes participem de organizações estudantis.

**Gráfico 7** – Presença nas ocupações

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa “Movimentos Estudantis nos Institutos Federais” (2017). (n= 211).

Verifica-se uma alta presença de ocupações nos campi dos entrevistados, sendo que 61,6% destes afirmou que seu campus foi ocupado pelos estudantes. Entretanto, apenas 30% dos estudantes admitiram ter participado das ocupações. Em questões abertas sobre os motivos pelos quais eles não participaram, alguns indicaram ter sido impossibilitados pelos pais ou responsáveis.

## **DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA**

Levantamentos sobre a rede pública federal de educação ainda são muito escassos, especialmente quando se considera que tais redes têm se fortalecido apenas nos últimos 15 anos, marcadamente no ensino básico e na formação de professores. Sua constituição, contudo, preza por definir e estruturar em seus currículos valores democráticos e noções de autonomia aos estudantes. Entretanto, a pesquisa aponta que essa concepção pode não ser suficiente para transformar atitudes políticas, principalmente nos dados sobre valores democráticos e percepção de eficácia política, em que os estudantes indicam fortemente a presença de valores familiares, como as bases do clientelismo. Assim, esses valores não tão democráticos podem definir e impossibilitar futuras mudanças de valores, estimulados pelas instituições de ensino federal. Sugere-se também que pesquisas e investigações futuras avaliem diretamente o efeito desse ensino em comparação com outras instituições, bem como avaliem o efeito de elementos que têm sido diferenciais sobre a formação da cultura política desses estudantes.

Quando considerado o processo de socialização política, verifica-se que valores atrelados a percepções negativas sobre a política coexistem com valores democráticos ou mesmo de participação política.

Por fim, é necessário ressaltar que, ao serem inquiridos sobre os temas liberdade, autonomia, igualdade e participação política, os respondentes demonstraram haver um ambiente promissor para a realização de debates políticos, como valores de socialização. O fomento ao diálogo entre os públicos mais jovens tende a ser um componente efetivo para a geração de valores políticos conectados com o desenvolvimento da participação política.

---

### **SOBRE OS AUTORES:**

Camila de Vasconcelos Tabares: Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma universidade. Atualmente atua como professora da rede pública federal de ensino, no Instituto Federal de Goiás, campus Luziânia. Tem interesse em pesquisas sobre juventude, comportamento político e democracia.

Rodolfo Silva Marques: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Professor Universitário – UNAMA e FEAPA.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAMO, Helena; VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. *Revista Teoria e Debate*, n. 45, jul./ago./set. 2000. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/juventude-politica-e-cultura/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
2. ALMOND, Gabriel.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.
3. APPLE, Michael W. *A educação pode mudar a sociedade?* Petrópolis: Vozes Limitada, 2017.
4. APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
5. BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 492-523, 2016. DOI: 10.1590/1807-01912016223492
6. BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
7. BRIM, Orville G. Jr. Socialization through the life cycle. In: BRIN, Orville G. Jr.; WHEELER, Stanton. *Socialization after childhood: two essays*. New York: Wiley, 1966. p. 1-49.
8. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997. DOI: 10.1590/S0011-52581997000200003
9. CASTRO, Mary Garcia. Notas sobre limitações e potencialidades do conceito de protagonismo juvenil considerando movimentos sociais. *Juventude.br*, n. 15, p. 57-64, 2018. Disponível em: <<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/173>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
10. DALTON, Russell J. *The good citizen: how a younger generation is reshaping American politics*. CQ Press, 2015.
11. DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100 (esp.), p. 1105-1128, out. 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000300022
12. DELGADO, Gabriela de Oliveira. *Cultura e resistência estudantil em política educacional: as ocupações dos institutos federais no estado do Rio de Janeiro*. 2020. 183 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2020.
13. DELLI CARPINI, Michael X. Gen.com: youth, civic engagement, and the new information environment. *Political Communication*, v. 17, n. 4, p. 341-349, 2000. DOI: 10.1080/10584600050178942
14. DENNIS, Jack; MCCRONE, Donald J. Preadult development of political party identification in Western democracies. *Comparative Political Studies*, v. 3, n. 2, p. 243-263, 1970.
15. DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 241-266, 1997. DOI: 10.1590/S0102-64451997000200011
16. EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
17. EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
18. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo Livros, 2013.
19. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 2014.
20. GADOTTI, Moacir. *Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação*. Évora, 2000.
21. GALSTON, William A. Political knowledge, political engagement, and civic education. *Annual Review of Political Science*, v. 4, n. 1, p. 217-234, 2001. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.4.1.217>>. Acesso em: 09 ago. 2022.
22. GOHN, Maria da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
23. GREENBERG, Edward S. Black children and the political system. *Public Opinion Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 333-345, 1970. DOI: 10.1086/267810
24. GREENSTEIN, Fred I. *Children and politics*. New Haven: Yale University Press, 1965.
25. HYMAN, Herbert. *Political socialization*. New York: The Free Press, 1959.
26. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Francis, 2009.
27. JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard G. *Political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton University Press, 1974.
28. LANGTON, Kenneth P. *Political socialization*. Oxford University Press, 1969.
29. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Revista Forense, 1948.

30. LEE, Nam-Jin; SHAH, Dhavan V.; MCLEOD, Jack M. Processes of political socialization: a communication mediation approach to youth civic engagement. *Communication Research*, v. 40, n. 5, p. 669-697, 2013. DOI: 10.1177%2F0093650212436712
31. LEVENSHUS, Abbey. Online relationship management in a presidential campaign: a case study of the Obama campaign's management of its internet-integrated grassroots effort. *Journal of Public Relations Research*, v. 22, n. 3, p. 313-335, 2010. DOI: 10.1080/10627261003614419
32. LIPSET, Seymour M. *et al.* The psychology of voting: an analysis of political behavior. *Handbook of Social Psychology*, v. 2, p. 1124-1175, 1954.
33. MARTÍNEZ, Miquel. Educación y valores democráticos. In: FORO IBEROAMERICANO SOBRE EDUCACIÓN EN VALORES. *La educación en valores en Iberoamérica*. Madrid: OEI, 2001. p. 17-36.
34. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968*. 1986. 266f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
35. MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p. 117-149, 2003. DOI: 10.4000/rccs.1151
36. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008. DOI: 10.1590/S0102-69092008000100002
37. MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005. DOI: 10.1590/S0104-62762005000100002
38. OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo. O lugar da teoria e da prática na formação de professores de sociologia. *O Público e o Privado*, n. 35, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3252>>. Acesso em: 03 ago. 2022.
39. OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia-IFETS. *Revista Retta*, v. 1, p. 89-110, 2010.
40. OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Zahar, 1996.
41. PACHECO, Eliezer Moreira. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: IFRN, 2010.
42. PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. *Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas, 40 anos depois*. Cortez, 2002.
43. PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 15-24, 1997. Disponível em: <[http://educ.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://educ.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 ago. 2022.
44. PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016. DOI: 10.22476/revcted.v2i1.71
45. POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
46. PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Simon and Schuster, 2000.
47. ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 40, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2697>>. Acesso em: 26 jul. 2022.
48. SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Autores Associados, 2018.
49. SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, 2019. DOI: 10.1590/2175-623684.073
50. SIGEL, Roberta S. (Ed.). *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*. University of Chicago Press, 1989.
51. TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 195, 1999.

Submissão em: 27 jul. 2022

Aceito em: 01 ago. 2022

